

CICLO DE DEBATES SOBRE CURRÍCULO: O CONTEXTO REGIONAL E AS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO

LEONARDO VALADARES DE SÁ BARRETO SAMPAIO

Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.

1. O CONTEXTO REGIONAL

Causa espécie o quanto já se estudou o Nordeste e quão distorcida ainda é sua imagem. Quão diversas são as suas regiões fisiográficas e as suas riquezas. O quanto já se escreveu sobre a sua problemática sócio-econômica como sendo, esta sim, a responsável pela verdadeira e persistente seca. O quanto já se pesquisou e divulgou sobre as potencialidades das suas diversas sub-regiões e sentem como resposta o olvidamento da contribuição dos Professores e das Universidades regionais, a negação política dos seus valores e a imposição de pseudo-soluções como paliativo para a manutenção dessa imagem que só rende para uns poucos daqui e muitos de fora.

1.1. Nordeste: diversidade e riqueza

A grande característica do sub-desenvolvimento, como posto pelos Professores Gunnar Myrdal e Guimarães Duque, só para citar alguns dos mais eminentes, daqui e dalhures, se situa no confronto educacional da mentalidade versus comportamento.

Se sub-desenvolvimento é sinônimo de desperdício, de não valorização da riqueza, uma mentalidade sub-desenvolvida leva a um comportamento esbanjador. Então, tem-se pobreza generalizada coabitando e contribuindo para espoliação de riquezas.

Mentalidades sub-desenvolvidas ou entreguistas levam ao não saber reivindicar, ao não reconhecer riquezas como o sol nordestino e seus outros atributos naturais e humanos. O sol é confundido com seca em vez de ser explorado como fonte de energia, gerador de biomassa, de vida, de turismo. O lazer de outros povos e outros brasileiros não é captado como divisas. O nosso próprio lazer é dado como indolência! Indolência que em outros é dada como acumulação de energia para aumento da

produtividade porém aqui só faz gerar idéias revolucionárias de independência (vide a história do Nordeste), de desenvolvimento (vide o nosso passado, e a importação dos nossos cérebros), ou obscenas (castrem-se os homens nordestinos e se evite a procriação das nossas mulheres, pois o que se quer é mão-de-obra eunuca para os reis e menos concorrentes para as riquezas ainda a explorar no mundo). Em outros países, é comum a expressão “harvest the sun” ou “colher o sol”.

A falta de educação conduz a administração e comportamento sub-desenvolvidos e esbanjadores; sub-desenvolvidos porque esbanjadores e esbanjadores porque desprezam as riquezas locais. Assim, são desprezados o sol; a pluviosidade regional e seus diversos regimes climáticos; as férteis zonas da mata, agreste, brejos, serras úmidas, vales; as regiões costeiras e plataformas continentais; as potencialidades do sub-solo e as possibilidades de transformação/industrialização/geração de emprego e riqueza dos produtos explorados – por que, por exemplo, as frentes de trabalho-sofrimento da SUDENE não são frentes de mineração cooperativa, frentes de treinamento?

É desprezada a água armazenada – o maior acúmulo de água em regiões tropicais quer total como por dimensão dos projetos. Não é recirculada a água utilizada, como se procede, nos Estados Unidos. Dejetos, inclusive humanos, não são aproveitados para a geração de biogás, como na China, resultando em problemas higiênicos e sanitários graves. Sub-produtos são desperdiçados causando poluição. Riquezas jogadas fora como a calda das usinas acarretam processos ecológicos de empobrecimento em cadeia, generalizado e multiplicador.

A megalomania dos projetos é esbanjadora. Estes ferem o ambiente tropical e desprezam a capacidade de manutenção física, desprezam a operacionalidade pela desvalorização dos recursos humanos e não consideram a necessária continuidade administrativa.

É desprezado o povo do Nordeste, sua cultura, arte, tradições, conhecimentos. É desprezada a população do Nordeste não só como gente mas também como mercado interno, maior do que muitos países europeus, inclusive somados! E, mercado interno a ponto de ser explorado ou desenvolvido porque a infra-estrutura básica e redes de comunicações já atingiram os pontos regionais mais recônditos! Tal qual a ação histórica “Cortez e Pizarro já abriram estradas nos impérios asteca e inca e fomentam a discórdia nas suas cortes” (para evitar que nos unamos pelo Nordeste, pela regionalização e universalização do ensino em vez do colonialismo na educação).

A maior riqueza do Nordeste, que é a diversidade das suas regiões e dos seus tipos antropológicos, é sempre ocultada ou desvalorizada.

Há a necessidade básica de formação de uma mentalidade tropical: usufruir das nossas riquezas e não comprar sub-produtos de climas temperados, com os nossos temperos e suor.

1.2. Nordeste: problemática sócio-econômica

Como já dito, esta a verdadeira e duradoura seca.

Educação, alimentação e saúde, economia agrícola, sociologia e administração seriam os tópicos principais.

Educação: 75% da PEA não tem nem o 1º ano primário completo. A escola atual é desintegrada e desintegradora do meio e da comunidade.

Nutrição e saúde: falta educação vocacional agrícola. Este um grande mercado latente para agrônomos e formados de Universidades Rurais ou Escolas Agrícolas. Os municípios nordestinos foram esvaziados pela fome, incapacidade de formação de novas gerações voltadas para o aproveitamento das vocações locais e falta de oferta de serviços sociais básicos. As migrações têm sido estimuladas de todas as formas, inclusive para projetos de reforma agrária longe dos mercados e laços familiares e culturais dos produtores. Essas migrações funcionam como bombas de nêutrons: matam os recursos humanos e deixam as riquezas para serem exploradas. A atração da qualidade de vida nas capitais e megalópolis obriga o governo a prestar os mesmos serviços no interior. E se enfatize: serviços e não construções inauguradas pela metade. Para a prestação desses serviços os agrônomos têm papel fundamental a desempenhar.

Economia agrícola: as estruturas fundiária e agrária são básicas. A primeira a reger o equilíbrio na distribuição dos meios de produção. A segunda na organização da produção. Só a manipulação do crédito rural por profissionais capacitados poderá levar a uma mudança do enfoque de crédito para a produção ao invés do atual privilegiamento para a posse.

Sociologia: a compreensão das estruturas sociais e do papel do Estado é de capital importância.

Administração: os agrônomos devem ser administradores por excelência, devem ter papel de destaque nas comunidades em que vão estar inseridos. É imprescindível que compreendam a problemática administrativa do Nordeste, a confusão de política

com administração. É importante que saibam distinguir que cabe aos políticos a condução do processo para discussão dos grandes objetivos nacionais, regionais ou locais, e a condução do processo para discussão das políticas a serem adotadas para o atingimento desses objetivos. Porém, compete aos administradores o fornecimento da metodologia para as discussões e o suprimento do ferramental executivo para a implementação das políticas e alcance eficiente e eficaz dos objetivos. Não é desmerecimento que tenhamos políticos profissionais. Pelo contrário, um país ou região só é forte com políticos competentes. Todavia, é bom que se enfatize que política é condução de discussões e não, políticos serem transformados em dirigentes de órgãos ou donos da verdade, fixando prioridades ao invés de serem responsabilizados pela condução do processo de discussão. Esta política ou politicagem só tem levado a que tenhamos muitos planos e poucas discussões. Muitos planos sem discussão, sem execução garantida nem eficientes nem eficazes.

Como administradores, os agrônomos devem ser profissionais que sabem prever e prover necessidades e recursos. Sabem elaborar planos com base em diagnósticos e mobilização, motivação das populações. Têm sempre em mente que as tecnologias não são neutras mas se adequam ou são produzidas para sistemas de produção em particular. Quais os sistemas de produção no Nordeste? Quais os desejáveis? Como incentivá-los?

Voltamos à educação no Nordeste. Temos muitos doutores, gerais (ou melhor, coronéis), porem nenhum segundo escalão ou sub-oficiais. Aonde os técnicos agrícolas e os capatazes rurais? Só encontramos uma massa de soldados analfabetos e maltrapilhos, trabalhadores rurais famintos, descalços e desapetrechados. Como ganhar a luta do desenvolvimento? Como pelo menos alimentar os nordestinos? Como promover o uso racional dos nossos fatores de produção? Privilegiamos o capital em vez dos nossos recursos mais disponíveis - a mão-de-obra e a terra. O privilégio do capital só gera lucros para si. Os nossos tecnólogos se preocupam muito com as técnicas e pouco com os homens.

1.3. Nordeste: potencialidades; a contribuição da Universidade, do ensino dito superior

Temos subsidiado o desenvolvimento do centro-sul e dos países industrializados, através dos dólares gerados pelas culturas de exportação; pelo comércio triangular no qual vendemos para o exterior a preços cada vez mais aviltados e importamos do

centro-sul pagando cada vez mais caro por produtos inferiores do que se adquiridos no mercado internacional. Temos subsidiado o desenvolvimento do centro-sul pelo fornecimento de mão-de-obra barata e cérebros daqui saídos.

O Nordeste não é responsável pela inflação nem pela dívida externa brasileira. Mas, vivemos de cuia na mão. E multiplicamos essas esmolos em ouro para o bem do Brasil.

É responsabilidade da Universidade formar uma elite crítica e dirigente dos destinos da região.

Só há Universidade quando se integram ensino, pesquisa e extensão.

Quanto ao ensino, a confusão entre nível superior e de segundo grau, a baixa qualificação do ensino superior e a falta de tecnificação no segundo grau, só desmerece e nivela por baixo a engenheiros-agrônomos e técnicos agrícolas. Discutir o currículo de agronomia sem atingir a educação no meio rural - não vocacionada, não comunitária, não associativa, só desintegrada e desintegradora, talvez seja impor soluções de cima para baixo. Há que se mudar a escola rural, formar agricultores profissionais e não uns poucos de analfabetos autodidatas que ficam como testemunhas das sucessíveis levas de migrantes atraídos pelo ensino urbanizante. Há que se privilegiar o saber rural, as tecnologias nativas, sertanejas, curtidas e provadas pelo sol centenar do trópico e pelo caldo de culturas aqui depurado.

As pesquisas das Universidades Nordestinas promovem o conhecimento da região e fortalecem a construção de um Sistema Universitário Regional. (A simples análise da sigla - SUR, já indica que talvez estejamos no caminho certo do desenvolvimento).

Essas pesquisas têm tido pelo menos três vertentes interligadas: conhecimento da região; geração e adaptação de tecnologias; e geração de ciência, de metodologias, princípios básicos aplicáveis aos trópicos. E isto porque já está provado que os conceitos aplicáveis aos climas temperados não são verdadeiros para os trópicos, nem mesmo para instrumentos de medição, etc.

Quanto ao conhecimento da região, como vimos, uma das suas riquezas reside na sua diversidade. Diversidade, riquezas em exploração e potenciais têm sido pesquisadas com afincos pelas Universidades a despeito do pouco apoio recebido. Quanto à diversidade do Nordeste, destacaria diversos trabalhos sobre regionalizações: Vasconcelos Sobrinho (1948), Guimarães Duque (1949 e 1964), Manoel Correia (1963 e 1977), UFPE-PIMES - Banco Mundial (1973), João Gonçalves (1977), INCRA-Unicamp (1977), Mário Lacerda (1978), entre outras, magistralmente sumariadas na última e mais completa tentativa de regionalização - Yony Sampaio e

Leila Regina Mercante Pessoa; Nordeste/Nordestes: Regionalizações - Um estudo de diferenciação na agricultura nordestina (UFPE-PIMES. 1980).

Isto quanto à tipologia física já que a tipologia humana “também é extremamente rica e variada e motivo do fracasso de diversos planos e projetos porque não levam em conta o homem, suas características e motivações” (of. trabalho - Organização e Produção Agrícola, Yony Sampaio (pai); Boletim da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco; out-dez 1946), e aonde se alerta igualmente para o fato de que “se não se planeja com o homem e para o homem não há planejamento e sim ditadura e expoliação”.

Tais colocações nos fazem concordar e corroborar com os Dr. Moacir Almeida e Prof. Benedito Mendes sobre a necessidade de formação humanística do engenheiro-agrônomo.

Por fim, no tocante a extensão universitária, gostaríamos de destacar a necessidade do seu posicionamento como Alma Mater e ponto referencial dos profissionais atuando na região, para apoio à difusão de conhecimentos, à integração das Universidades e Escolas de Agronomia com o ensino rural de todos os níveis. Se a Escola em países que prezam a sua evolução desenvolvimentista, é o centro da comunidade, as Universidades têm que ser o centro das discussões visando o desenvolvimento da região e da comunidade regional, buscando diagnosticar e avaliar, analisar produtos e mercado, formar a elite crítica e dirigente dos destinos nordestinos.

2. O MERCADO DE TRABALHO

Devemos distinguir mercados real e potencial e nestes, setores público e privado.

Isto já denota a necessidade de uma formação diferenciada e dinâmica. Diferenciada para atender a diversidade regional e aos requisitos diversos das áreas pública e privada. Dinâmica para estimular e acompanhar as transformações de potencialidades em realidades.

O mercado público demanda planejadores, executores, fiscalizadores, supervisores, administradores e políticos. O mercado privado emprega assalariados de firmas prestadoras de serviços, de consultoria, mercantis ou comerciais, e produtoras rurais/agroindustriais, além de abrir espaço para autônomos e empresários nesses ramos.

O mercado privado real no Nordeste praticamente inexistente. Os poucos autônomos militantes nos setores de consultoria e serviços assistenciais são fruto de especialização

pública: fizeram sua clientela à partir de um emprego público com o qual ainda mantém vínculo formal ou informal. Os assalariados têm emprego em usinas de açúcar e como vendedores de máquinas, motores, implementos, equipamentos e produtos químicos e fertilizantes (na quase totalidade para cana e cacau). Os empregos são mais para funções de técnicos agrícolas sendo usados agrônomos pela pouca diferenciação salarial entre ambos e para validação, com elementos de nível superior, de soluções contrárias aos interesses e características da região (adubação com fórmulas inadequadas, tratorização, equipamentos de irrigação superdimensionados, etc.). Poucos são os produtores rurais agrônomos ou que empregam agrônomos. E, no primeiro caso, quando os bens vêm de família ou estas permitem sua ação técnica. O PROTERRA previa a venda de terras aos agrônomos ou melhor, o financiamento aos mesmos para aquisição de “trabalho próprio” e aumento da produção e produtividade rurais. Seria esta ainda uma bandeira para luta?

A incorporação de novas áreas nas fronteiras agrícolas do Nordeste, como Além São Francisco e Guanambi, na Bahia, e o uso de largos montantes dos incentivos fiscais do FINOR entre outras formas de estímulo a grandes empresas agropecuárias, merece consideração na análise da realização de potencialidades no mercado privado.

A área pública se constitui no grande, apesar de restrito e discriminador, mercado para os nossos engenheiros-agrônomos, cada vez menos competitivos face à invasão de estrangeiros via financiamentos externos e internacionais e desequilíbrio econômico dos seus países (mormente argentinos e chilenos).

Os programas e projetos especiais do governo tem sido os responsáveis pelo emprego de agrônomos nas últimas décadas. Principalmente o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo, via direta ou indiretamente pelo fornecimento de recursos de convênio com as EMATER's, empresas estaduais de pesquisa, etc.

Esses programas especiais buscam generalistas em planejamento e especialistas executores apesar das suas burocracias exigirem em verdade manipuladores de papéis e técnicos de gabinete.

Pela fatia - quase o bolo total - do mercado representado por essas programações imaginamos se não seria adequado planejar a produção de agrônomos conjuntamente com esses órgãos demandantes, quase que por encomenda e com estabelecimento de quantidades e especificação de características. Isto talvez adicionasse maior objetividade e motivação aos cursos, além de garantir emprego para os técnicos da região.

O mercado potencial e a sua transformação em mercado real é função do conhecimento das potencialidades regionais e locais, residindo, a nosso ver, nas Secretarias Estaduais de Educação e na educação vocacional agrícola e educação rural, as maiores necessidades do desenvolvimento regional.

Cabe uma palavra quanto à proteção e defesa do mercado de trabalho. Em um processo de redemocratização só tem poder quem tem voz e só tem voz quem tem vez e só tem vez quem sabe usar a voz e o poder. Nenhuma forma de governo, principalmente uma democracia feudal, valoriza os técnicos. Estes podem, individualmente, ser bem relacionados mas só se constituirão em grupo de poder quando unidos em defesa da classe. E o menor número de sindicatos e de sindicalizados no Nordeste é de técnicos, estando estes reunidos em poucas organizações e grandemente desorganizados.

Essa organização é de capital importância para fiscalizar o cumprimento da lei bem como exigir o cumprimento de acordos, a exemplo do feito com o Banco do Brasil, para garantia do controle do crédito agrícola por agrônomos. Outra área de mercado de competência legal e exclusiva destes profissionais.

3. CONDICIONANTES ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS NA AÇÃO TÉCNICA

Esses condicionantes se não bitolam pelo menos balizam as necessidades de e na formação dos engenheiros agrônomos.

O principal condicionante econômico é o mercado de trabalho. Este se traduz em quantidade e qualidade, especificações, do produto. Com relação a quantidade esta é regida pela capacidade instalada de produção, a qual pode ser mau distribuída mas já é mais do que suficiente. O problema do Nordeste não é de mais agrônomos porém de mais empregos e de remunerações e condições de trabalho mais condignas e capazes de levarem os técnicos ao campo.

O mercado também ajuda a identificar para que e para quem. No caso, para o setor público e para diagnóstico e viabilização do Nordeste. Diagnóstico e viabilização de necessidades e potencialidades locais e sub-regionais.

Quanto a especificações do produto, há necessidade marcante de ênfase da área social na formação dos agrônomos. Estes precisam saber trabalhar em equipe, se unirem e organizarem grupos, saberem usar dinâmica e outras ferramentas de trabalho em e com grupos.

O agrônomo deve ser um líder rural, conhecer seus direitos e defesa até como cidadão; ser versado em legislação rural e trabalhista; saber discernir o papel do técnico na sociedade; conhecer a constituição e ter voz nos assuntos técnicos da constituinte e legislação pertinentes. É preciso que isto se ensine e se discuta nas Universidades e Escolas.

Para a viabilização do Nordeste, ele precisa conhecer a história da colonização, do desenvolvimento regional; conhecer a realidade nordestina, suas vicissitudes, produções - sistemas e produtos - estaduais e locais. Saber de mercados das produções locais, insumos técnicos sendo o crédito rural e a pequena irrigação, na sua acepção mais ampla, ingredientes capitais. Não ignorar que as técnicas e tecnologias não são neutras. Ser treinado em uso de “know how” para trabalho com pequenos produtores. Aprender a trabalhar comunitariamente.

Na formação do Engenheiro Agrônomo é necessário que ele aprenda a tomar decisões e não só executá-las (como tomar e implementar decisões, capacidade crítica, capacidade de uso de ferramentas administrativas para liderar as políticas agrícolas e do desenvolvimento rural nordestino).

Julgamos ser ou dever ser o Engenheiro Agrônomo um profissional de nível superior, integrante de elite crítica e dirigente dos destinos se não regionais pelo menos locais.